

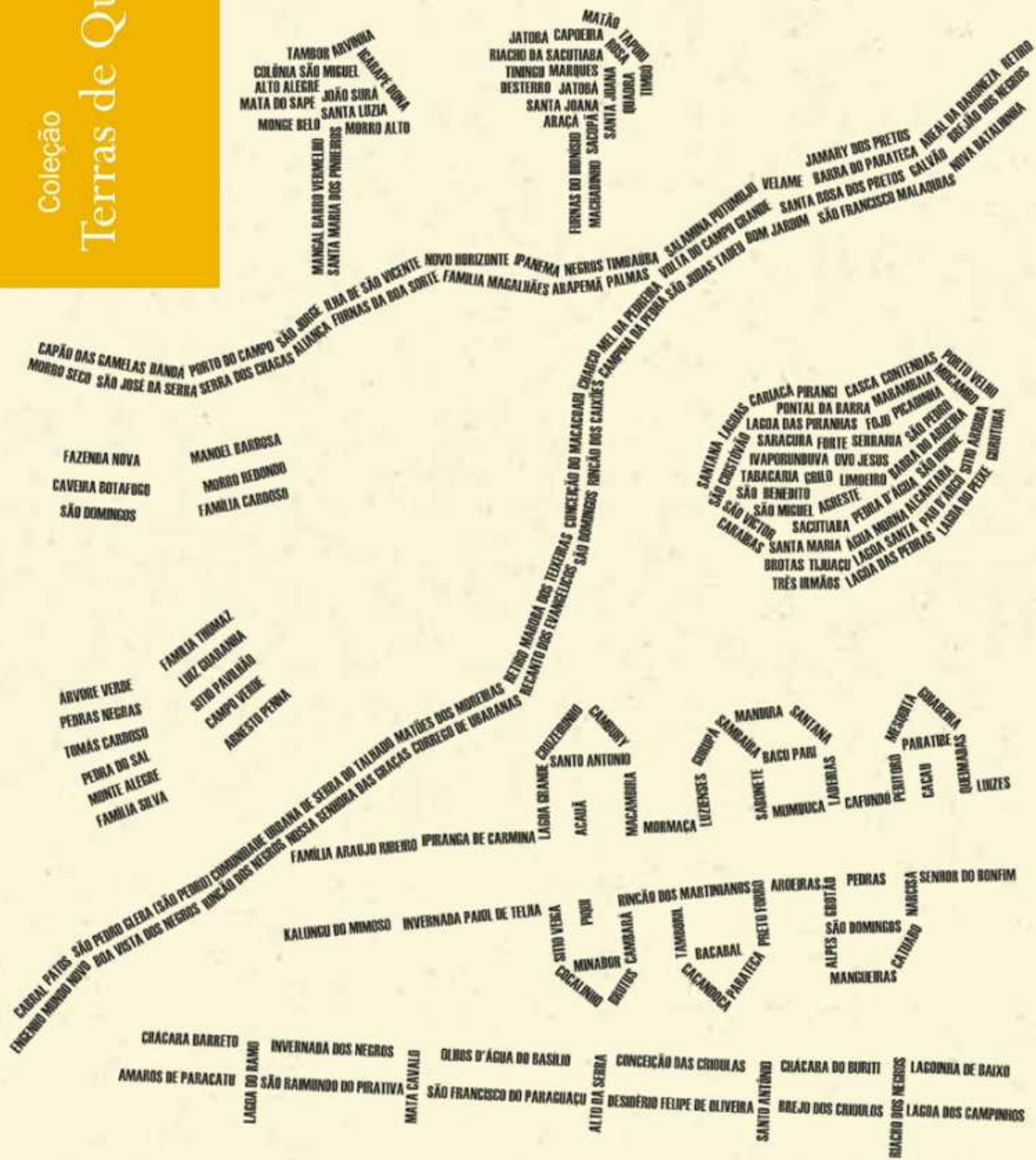


Coleção

Terras de Quilombos

Goiás

Comunidade Quilombola Mesquita



As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Mesquita

A comunidade quilombola Mesquita está situada a 48 km de Brasília, onde antes era o arraial de Santa Luzia e hoje é a Cidade Ocidental, em Goiás. Sua história teve início em 1775, quando três mulheres negras escravizadas por José Correia Mesquita tornaram-se herdeiras da sua fazenda de cerca de 4.200 hectares, abandonada a partir da decadência das minas de ouro da região.

As famílias dessas mulheres são o tronco da comunidade de mais de 785 famílias, caracterizada pelo trabalho familiar, a solidariedade e o uso comunitário das terras. O Quilombo Mesquita é conhecido por sua marmelada, que leva o nome da cidade de Santa Luzia. O doce é feito artesanalmente, com o marmelo e a cana-de-açúcar cultivados pelos próprios moradores. Sua receita original ensinada pelas fundadoras da comunidade passou de geração em geração e, ainda hoje,



a venda da iguaria é uma importante fonte de renda para os mesquitenses. Mas, eles também produzem outros tipos de alimentos e criam gado, porcos e galinhas.

Profundamente ligados à terra que suas ancestrais herdaram, a comunidade viu grande parte de seu território ser invadida por pessoas estranhas. **Suas terras se tornaram alvo de cobiça para especuladores imobiliários e fazendeiros, desde a construção de Brasília, iniciada em 1956.** O Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa conta que “Brasília foi estes dias. Foi muito bom, mas a tentação ficou dobrada. Muito ladrão. Um monte de gente para todo lado, querendo invadir o que a gente tem. Antigamente, o povo não tinha esse tino não.”

A construção de Brasília levou diferentes valores relacionados ao trabalho, às formas de uso e de distribuição de terras para os mesquitenses, abalando seu estilo de vida comunitário e rural. O território de Mesquita passou a ser dividido e a comunidade acabou perdendo as terras que ela considera sagradas porque uma parte delas abrigava o seu antigo cemitério e a outra parte é mais apropriada para o plantio da cana e do marmelo, essenciais para a produção da marmelada. “Esta terra aqui e aquela nossa ali não são boas para o marmelo”, explica o Sr. Bené. “Falta terra também para plantar cana”, afirma o Sr. Roberto.



Horta comunitária. Foto: Sandra P. Braga



Pé de marmelo.

Foto: Sandra P. Braga.

A redução da área de plantio no território mesquitense fez com que muitos moradores buscassem trabalho remunerado na Cidade Ocidental ou em Brasília. O senhor César Alves Rodrigues explica: “Planto mais é para incentivar (...) e aí falam: ‘Mas você não tem marmelo’! Não tem não, a terra é que não permite”, demonstrando as dificuldades que enfrenta: “Você sabe quantos anos que completou agora em janeiro (2008) que a gente vive aí na peleja de reativar a cultura do marmelo na região? Dezesesseis anos!”.

Essas perdas colocaram os mesquitenses em luta, pelo reconhecimento da sua condição de descendentes de quilombo e pela titulação territorial. Mesquita foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006 e o seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado em 2011, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mesquita e Santa Luzia: a união de duas histórias

A história da cidade goiana de Santa Luzia começou quando o bandeirante paulista Antônio Bueno de Azevedo descobriu na região uma das últimas e mais prósperas minas de ouro, entre as tantas já exploradas em Goiás. Aliado a outros paulistas, o bandeirante iniciou-se na extração do ouro, cuidando também de construir uma fazenda de lavoura, para que a sua produção alimentasse os novos moradores e trabalhadores do lugar. A fazenda abrigou muitas famílias vindas de Portugal, com uma grande leva de negros para o trabalho escravo nas minas.

No dia 13 de dezembro de 1746 foi fundado o povoado de Santa Luzia. Seu nome homenageia a santa católica, protetora da saúde dos olhos e da visão, celebrada na data em que a cidade foi fundada. Os moradores de Mesquita dizem que o município e a comunidade possuem a mesma idade e que suas histórias estão entrelaçadas. Talvez, por esse motivo, quando os mesquitenses narram suas memórias,

eles enfatizam o nome Santa Luzia, parecendo desconsiderar a mudança para o nome de Luziânia, realizada em 1943, sob a influência norte-americana, no período da Segunda Guerra Mundial.

A extração do ouro tinha maior importância para a economia de Santa Luzia mas **a cidade também ganhou visibilidade com o famoso doce de marmelo, que era produzido pelos negros escravizados na fazenda do sargento-mor José Correia de Mesquita. O prestígio da Marmelada de Santa Luzia fez dela, o primeiro produto artesanal comercializado fora de Goiás**, no mesmo período em que a era do ouro promoveu um rápido enriquecimento dos senhores de terras e minas da região.

A prosperidade da mineração demandou aumento de mão de obra. Por isto, em 1763 a cidade tinha 12.984 pessoas negras submetidas ao trabalho escravo nas minas, fazendo contraponto com outras 3.545 pessoas livres, que formavam a elite do município. Tal situação suscitou fugas do trabalho escravo, criando comunidades rurais em áreas mais interioranas de Goiás. Porém, quanto mais essas pessoas entravam em áreas não exploradas do território goiano, maiores eram suas dificuldades de acesso aos lugares mais movimentados, onde poderiam vender ou trocar seus produtos.

Em 1775, a escassez do ouro paralisou a economia e a vida social da cidade. Não enxergando outras alternativas de investimentos, parte da elite de Santa Luzia abandonou o município, deixando nele as propriedades e os negros que tinha escravizado. Como algumas das muitas terras abandonadas eram sesmarias irregulares, elas passaram a abrigar os negros lançados à própria sorte, sem trabalho, documentos e moradia. Foi nessa situação de decadência, que José Correia de Mesquita teria doado suas propriedades para três mulheres negras, por ele escravizadas. Elas assumiram a direção das terras, mas preservaram o nome do seu antigo dono, tornando-se fundadoras da comunidade negra e rural de Mesquita. As suas famílias – Pereira Braga, Teixeira Magalhães e Lisboa da Costa – tornaram-se o tronco do grupo, que também acolheu muitas outras pessoas negras que apareciam naquelas redondezas, perdidas ou fugidas da escravidão, que ainda não tinha sido abolida no país.

A tradição direcionou o povo de Mesquita para o uso comunitário da terra. Cada pessoa possui uma ligação muito estreita com a terra, criando animais e residindo nela. O trabalho assumido pela família e demais pessoas da comunidade é baseado na solidariedade e na troca de produtos. Cada família conta com a ajuda das outras, nas fases de preparo da terra, plantio e colheita. Essa relação da pessoa com a terra é fundamental para o entendimento que os mesquitenses possuem sobre o mundo, a espiritualidade e a vida, pois, elas geram os hábitos, crenças, religiosidade, saberes, cuidados com a saúde, práticas educativas e demais fazeres, que tornam a sua comunidade diferente das outras.

O alicerce da comunidade Mesquita é o trabalho rural e os seus moradores se orgulham em dizer que as terras que ocupam foram recebidas por herança, quando as três fundadoras do grupo já estavam livres do regime de escravidão quando receberam essa herança. Os mesquitenses possuem tanta familiaridade com o seu território, que a memória de cada um, especialmente dos mais velhos, se mostra como o mapa completo de toda a área ocupada. Todos sabem dizer onde começam e terminam as terras de cada família.

Desde a sua fundação, Mesquita acolheu pessoas negras e as uniões conjugais se davam preferencialmente entre os próprios moradores da comunidade. O acolhimento dos que chegavam significava concessão imediata de terras para o trabalho, ou seja, para o cultivo de hortaliças, legumes, cana e frutas, além da criação de gado, galinhas e de porcos. “Antigamente aqui só era negro reforçado. Não se via miudinho. Era negrão forte, negra seiúda. Quando se via um branco, era passageiro”, lembra o Sr. Benedito Antônio Pereira, o Seu Dito. A maneira de ocupar e administrar o território em Mesquita dispensava cercas e muros, porque ele era entendido como uma propriedade coletiva. Os casamentos entre os próprios mesquitenses permitiam que cada novo casal escolhesse uma parte do território para construir o seu novo lar. Geralmente, o local era próximo de algum “veio d’água”, no entorno das casas dos seus pais, facilitando o repasse e a preservação dos usos e costumes do grupo. Essas uniões

conjugais construíram características muito particulares, permitindo a identificação de “quem é” e de “quem não é” do grupo.

A crise na extração do ouro transformou a economia de Goiás, que passou a ser um bom local para empreendimentos agropecuários, mas a comercialização do gado e da carne produzidos pedia a abertura de estradas, para o seu escoamento até as demais regiões do país. Por sua localização geográfica, Santa Luzia foi considerada uma importante via de acesso. Isso justificou a construção de estradas no município, mudando o cotidiano da cidade e de Mesquita. Na comunidade, a produção e venda da marmelada era moderada, porque ocorria de forma paralela à chamada economia de subsistência, caracterizada pelo cultivo e produção de artigos voltados para o suprimento das necessidades do grupo. Esse tipo de economia não visa o acúmulo de produtos e nem de finanças e nele somente um pequeno volume de produção é comercializado, a fim de adquirir os itens de consumo que a comunidade não fabrica.

Entretanto, o acesso a diferentes centros comerciais propiciado pela chegada do asfalto permitiu aos mesquitenses maior investimento no cultivo da cana e do marmelo e também na produção do açúcar e da marmelada. **O plantio e o preparo do doce passaram a ser realizados em mutirões, organizados por Aleixo Pereira Braga, filho de Maria Nascimento e José Pereira Braga, descendentes diretos de uma das fundadoras da comunidade de Mesquita. Na época, Aleixo Pereira Braga era um jovem empreendedor, que exercia uma forte liderança no grupo.** Suas ideias de investimento na produção da marmelada resultaram na maior fase de prosperidade da história de Mesquita porque, produzindo mais, os mesquitenses se beneficiaram das estradas de Santa Luzia para apresentar e comercializar o seu produto em outras partes do Brasil.

Modos e saberes

A Marmelada de Santa Luzia tem a sua história totalmente atrelada às histórias da cidade e da comunidade de Mesquita. O doce se garante como uma presença forte e contínua na memória do município, dos mesquitenses e também no cotidiano do grupo. A sua produção segue o conhecimento que as fundadoras da comunidade detinham, desde o cultivo do marmelo até o preparo da marmelada.

O segredo do seu sabor e qualidade envolve duas formas de conhecimento. A primeira é sobre o tipo de terra adequado para o plantio da cana, que será usada para a produção do “açúcar de forma” e, a segunda, sobre o tipo de terra apropriado para o cultivo do marmelo. Porém, o tratamento que a planta precisa receber, para produzir frutos capazes de garantir a excelência da marmelada exige uma “ciência”, que só a tradição é capaz de ensinar e, portanto, só os mesquitenses possuem.



Etapas do preparo da marmelada.

Fotos: Sandra P. Braga





Momento de oração durante a tradicional festa dedicada ao Divino Espírito Santo: a Folia do Divino

Foto: Sandra P. Braga

A influência cristã, trazida de Portugal para Santa Luzia, alcançou a comunidade, que tem algumas famílias evangélicas, mas é predominantemente católica. Sua padroeira é Nossa Senhora D'Abadia, porém, seus moradores revelam uma especial devoção pelo Divino Espírito Santo. Os mesquitenses se organizam em subgrupos que tocam e cantam, animando as Foliás de Nossa Senhora D'Abadia, de Reis e do Divino Espírito Santo, realizadas conforme o calendário da comunidade.

A Folia de Nossa Senhora D'Abadia tem o propósito de agradecer e louvar a padroeira. Ela acontece entre 6 e 15 de agosto, dia em que a Santa é celebrada, tanto em Goiás, quanto em Minas Gerais. Nela, os foliões percorrem as residências de Mesquita e região, fazendo pousadas nas casas inscritas para recebê-los. Essa peregrinação conta com a figura de um cruzeiro de madeira e o retrato da Santa, conduzidos à frente, abrindo caminho para a comitiva.

Os moradores que oferecem pouso aos foliões e assumem a responsabilidade da festa, servindo bebidas e comidas fartas a todos, são chamados de “barraqueiros”. Os festejos vão além do território de Mesquita, promovendo encontros, reencontros, acordos políticos, a troca de notícias.

O impacto da construção de Brasília

A construção de Brasília em Goiás havia sido definida há tempos, mas, só foi realizada durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), a partir de 1956, por operários vindos de diferentes partes do país. Eles eram chamados de candangos e residiam em alojamentos instalados nas margens da nova cidade, fazendo vizinhança com Mesquita e participando dos seus festejos.

A conclusão da obra de Brasília deu origem às cidades satélites, criadas para abrigar os antigos operários. No entanto, o crescimento da população na periferia do Distrito Federal continuou, criando um núcleo residencial na região norte da cidade de Luziânia, onde a comunidade Mesquita estava situada. Em 1976, aquele núcleo se tornou o distrito Cidade Ocidental e o território mesquitense passou a pertencer a ele.

A nova realidade geopolítica alterou o cotidiano dos mesquitenses que, a partir daquele momento, se viram a apenas 8 km de distância do Centro de Cidade Ocidental. A especulação imobiliária resultou em questionáveis compras de partes do território de Mesquita. A vida da comunidade adquiriu outro aspecto porque seu território foi ocupado por pessoas que não pertencem ao grupo e, portanto, não conhecem os seus saberes, valores, usos e costumes. O antigo cemitério e as terras mais apropriadas para plantio da cana de açúcar e do marmelo tornaram-se sede de condomínios residenciais que não possuem sequer saneamento básico. **Os mesquitenses foram alcançados por todos os tipos de violências porque os novos vizinhos levaram seus vícios de álcool e demais drogas para região. Além disso, eles desmatam, roubam e matam o gado da comunidade, furam poços e poluem as águas, seja com a utilização de agrotóxicos, seja com lixo e esgoto.**

A característica rural de Mesquita mudou para a mistura rural urbano porque alguns moradores precisaram assumir outras atividades fora do território, enquanto outros perseveraram com a agricultura, apesar de contarem apenas com pequenos pedaços de terra para o plantio e a criação de animais. O contato com o ambiente externo

resultou em uniões conjugais de mesquitenses com pessoas de fora. Este fato, aliado à escassez de terras, obrigou os novos casais a construir suas casas em lugares cada vez mais distantes dos seus parentes, alterando o modelo de família, de relações sociais e de trabalho do grupo.

A proximidade de Brasília trouxe benefícios para Mesquita como, por exemplo, a chegada de energia elétrica à comunidade. As novas relações assumidas pelos mesquitenses significaram relativo aumento na renda de algumas famílias e permitiram o acesso gradativo dos seus jovens à educação e à política. No entanto, essa proximidade também sugeriu estilos de vida dependentes do trabalho remunerado e da expectativa de dinheiro para a aquisição de bens materiais que antes não eram tão valorizados pelos mesquitenses. “Uma coisa que eu tenho muito para falar para essa turma jovem é que tem que ser honesto, mas tem que ter muito cuidado com emprego. Às vezes o cara encosta lá para ganhar um troquinho, mas aí ele está empregado? Não, está ‘pregado’ no outro”, alerta o Sr. César.

Reconhecimento quilombola

O trabalho buscado fora da comunidade permitiu que Sandra Pereira Braga construísse novas relações e adquirisse maiores informações sobre os direitos reservados à comunidade, a partir do seu reconhecimento como quilombo. Sandra é neta do Sr. Benedito Antônio, o ancião mais antigo do grupo e, portanto, tem parentesco com Aleixo, nome destacado na história de Mesquita, como líder comunitário e empreendedor do marmelo.

Munida de maior experiência, Sandra iniciou em 2003, um movimento para revitalizar a associação da comunidade, estudar e dialogar com seus pares, sobre as leis referentes aos direitos garantidos aos quilombolas. Tal iniciativa deu bom resultado e, nesse mesmo ano, seu pai João Antônio Pereira assumiu a presidência da associação, contando com a sua filha, na vice-presidência. A partir da compreensão de que o seu estilo de vida comunitário tem afinidade com o que define os quilombos brasileiros, a comunidade Mesquita foi certificada como um quilombo em 2006.

Os mesquitenses constataram a necessidade de voltar a plantar a cana e o marmelo em maior escala, retomando a produção da Marmelada de Santa Luzia na sua forma tradicional, pois poderá se reencontrar com a terra, através do trabalho que sempre realizou nela. Apesar da nova estrutura rural/urbana, causada pela diminuição de terras para o plantio, os quilombolas continuam criando gado, porcos e cultivando cana, hortaliças, frutas, como a tangerina polkan e o marmelo, a mandioca, milho, feijão, além de produzirem farinha, rapadura e marmelada. Porém, a produção do “açúcar de forma” e da marmelada tem sido desenvolvida apenas, como uma forma de resistência porque as melhores terras para o seu plantio foram perdidas.

Uma das preocupações da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (Arenquim) é a necessidade de investir mais na educação dos mesquitenses, independentemente das suas idades. O quilombo possui uma escola, chamada Aleixo Pereira Braga I e alguns dos seus professores são da própria comunidade. No entanto, a escola está situada em terreno doado, pois, as perdas de terras confinaram as famílias de Mesquita em apenas 761 hectares.

Construída em regime de mutirão, a escola tem turmas da primeira a nona séries e sua história encontra-se registrada na memória do quilombo. “Tudo o que o meu avô fazia é o que eu faço hoje”, diz



Sandra P. Braga e João A. Pereira, com o Presidente Lula e a Sra. Mariza. Foto: Acervo de Mesquita.

Sandra. “Meu avô foi o primeiro a trazer a escola para a comunidade. O meu avô Benedito Antônio ia buscar a professora a cavalo, no asfalto que ia de Luziânia a Brasília. A minha avó Paulina era quem preparava o lanche para as crianças, no salão da casa dela. Ela oferecia a sala para administrar a aula e preparava o lanche para esses adultos e crianças.”

Conforme a determinação das pessoas mais velhas, as terras reivindicadas são as mais apropriadas para o plantio da cana de açúcar e do marmelo e, ainda, a área que abrigava os restos mortais dos seus ancestrais. **A parte do território que está sendo reivindicada é sagrada para o grupo porque além da melhor qualidade dessas terras, a sua memória foi construída nelas.** “Sabemos que se colocarmos tudo seria muito difícil. Esta terra que a gente pede é o mínimo. O que não dá para abrir mão mesmo”, diz Sandra Pereira Braga. **Ali, os quilombolas tiveram seus umbigos enterrados e sepultaram os seus ancestrais. Viveram os tempos de alegria e prosperidade proporcionadas pela liderança de Aleixo Pereira Braga, com o cultivo do marmelo e a fabricação da marmelada.**

A recuperação da posse das suas terras sagradas é fundamental, para que o quilombo consiga reorganizar a sua vida em comunidade, fortalecer seus laços familiares, trabalhar a terra, produzir o seu doce e garantir a alegria e tranquilidade financeira propiciadas pela grande aceitação que a Marmelada de Santa Luzia possui. A retomada da posse das terras perdidas significa a garantia da dignidade dos quilombolas, a partir da reconquista da liberdade para trabalhar a sua terra, construir um galpão, para organizar melhor e ampliar o atendimento da sua escola e produzir o seu doce, do jeito que sempre souberam fazer.

Este texto foi escrito por Suely Virginia dos Santos, a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Quilombola de Mesquita, elaborado pelos antropólogos André Garcia Braga e Roberta Silva Martins, com informações adicionais das fontes: <http://quilombomesquita.com/>; http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132

Uma palavra da comunidade

Mesquita

O papel das mulheres no Quilombo Mesquita é muito forte. Como a própria história conta, foram elas que despertaram para a importância das lutas por liberdade, desde os tempos da escravidão. Na sociedade atual, ainda são elas as responsáveis pela preservação e transmissão da cultura, por meio da escola e dos valores morais. Elas são a representação máxima na busca pelos direitos do quilombo, que foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2006.

A história do Quilombo Mesquita tem sua origem estimada em 1746, na região onde atualmente se localiza o município de Luziânia, no Estado de Goiás. A comunidade foi fundada a partir da decadência da extração do ouro, em 1775, quando três mulheres escravizadas pela família Mesquita foram libertas e receberam de herança, parte das terras do seu antigo dono. Hoje, seus remanescentes compõem uma população de mais de 700 famílias. A comunidade funciona como uma pequena sociedade, com política própria, onde cada pessoa tem uma função. Nos trabalhos, como o de reflorestamento, de construções de galpões com finalidades diversas, ou de preparo dos alimentos servidos nas festas tradicionais, as pessoas trabalham em regime de mutirão. Sua base econômica é a agropecuária e a feitura artesanal de doces, destacando a tradicional Marmelada de Santa Luzia, que é preparada como há mais de 300 anos.

Liderada por Sandra Pereira Braga, a comunidade luta para compreender melhor o papel da sua associação quilombola. Sandra herdou do avô Benedito Antônio Nonato a missão de prosseguir à frente da comunidade. Agora, ela é a primeira mesquitense a ser eleita vereadora na Cidade Ocidental e tem um espaço bem definido no poder público, para levantar propostas a favor do quilombo. É a primeira vez que a Câmara Municipal da Cidade Ocidental tem como membro uma quilombola.

Os problemas contemporâneos enfrentados pelo Quilombo Mesquita se iniciam no significado do que vem a ser “quilombo” e “quilombola”, pois somente a partir de 2006 os significados atuais desses termos passaram a ser discutidos pela comunidade, fato que coincidiu com o aumento da especulação imobiliária e o aumento da perda do território de Mesquita. Os moradores procuram se esclarecer sobre a importância da sua associação, a Arenquim, como um instrumento capaz de apresentar e proteger a identidade mesquitense, diante dos impasses que se estabelecem entre o quilombo, o governo, empresários e imobiliárias.

Outras ameaças estão relacionadas às constantes tentativas de desconstrução da identidade étnica: os desmatamentos, a grilagem, o falecimento dos mais velhos, a ocultação da participação negra na história de Brasília, nos materiais de pesquisa e a resultante escassez de referências negras positivas. Atualmente, a principal arma para o enfrentamento de todos esses desafios é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado e publicado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2011. Ele é o registro oficial de toda uma história de resistência, de luta e é a chave para a defesa do legado ancestral e direitos da população de Mesquita.



Sr. Benedito Antônio Nonato e Sra. Antônia Pereira Braga em 2006, quando ela recebeu a Certidão de Autodefinição Quilombola das mãos do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S237c Santos, Suely Virginia dos
A comunidade quilombola de Mesquita / Suely Virginia dos Santos. - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade de quilombola de Mesquita, de André Garcia Braga e Roberta Silva Martins.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Braga, André Garcia. Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade de quilombola de Mesquita. 4. Martins, Roberta Silva. Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade de quilombola de Mesquita. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

NuQ

CERBRÁS
Centro de Estudos
Raciais e Sociais

IB
CES - AL

Quilombos



INCRA

CGCPT

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA